



## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região

#### **12ª Reunião Videoconferência (Teams)**

#### **Rede de Inteligência da 1ª Região**

#### **08 de junho de 2021**

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, presente o Desembargador Carlos Augusto Pires Brandão, reuniram-se os integrantes da Rede de Inteligência da 1ª Região. O coordenador do Nugep, o Dr. Roberto Carvalho Veloso, convidou o Dr. Náiber Pontes de Almeida para conduzir os trabalhos. Os temas abordados foram: A qualidade da digitalização e a migração para o PJe, o funcionamento do PJe, a inteligência artificial e a qualidade da infraestrutura para um bom funcionamento do PJE. O Dr. Náiber concedeu a palavra ao Dr. Adriano da Silva Araújo para iniciar a apresentação. Com a palavra, o Dr. Adriano salientou aspectos necessários para a digitalização e a informação que cada tribunal adotou uma maneira para digitalizar os processos. Com relação à qualidade da infraestrutura para um bom funcionamento do PJe, Dr. Adriano destacou que os *feedbacks* dos tribunais acerca do PJe têm sido a lentidão e a instabilidade recorrente. Segundo o Dr. Adriano, isso se deve ao fato de o PJe ser sistema muito antigo, desenvolvido em 2009, e deter diversos paradigmas de desenvolvimento inseridos nele. De forma técnica, esclareceu que esse fato dificulta o desenvolvimento de novos módulos, bem como a necessidade de um corpo técnico com conhecimento avançado em BPM – Business Process Management – conjunto de conceitos próprios para desenvolver novos módulos no PJe. Dr. Adriano acentuou a existência de duas funcionalidades, em potencial, que têm ocasionado lentidão recorrente no sistema. Uma delas seria gerar o PDF completo do processo, o que causa grande utilização de memória dos servidores, onde o PJe estiver instalado e, conseqüentemente, provoca lentidão ou consome muitos recursos de infraestrutura da rede. Dr. Adriano exemplificou a solução adotada pelo CNJ, que também serveria para esses casos, que foi a contração dos serviços na “nuvem” para os sistemas como BNMP e outros. Essa adoção, segundo ele, trouxe um ganho elevado de desempenho para o PJe. Outro exemplo citado pelo Dr. Adriano foi adoção pelo TJMT na “*clusterização*” do banco de dados, com a reserva de uma máquina para operações de escrita e as demais máquinas apenas para consulta. Isso proporcionou ganho de desempenho significativo para o PJe. Por fim, abordou acerca da “*containerização*” do PJe, que facilita a gestão da infraestrutura e alocação de recursos e a possibilidade de aumentar a memória das máquinas, tudo de forma *in loco*, sem a necessidade de uma intervenção manual. Para abordar outro tema, o Dr. Rafael Leite complementou as palavras do Dr. Adriano com relação ao PJe e abordou acerca da inteligência

artificial. Dr. Rafael evidenciou que todos os projetos de inteligência artificial têm uma necessidade de massa de dados muito grande para treinar os modelos de inteligência artificial e criar sugestões e classificações. Ressaltou em suas colocações que os sistemas processuais são muitos antigos, datados da década de 1990, e voltados para um tipo de um computador. Nesse contexto, destacou a necessidade de um modelo que atenda essas massas de dados. Na sua explanação salientou a necessidade de ter uma infraestrutura básica com capacidade de atender não apenas ao usuário final, mas também aos sistemas computacionais. Destacou que a solução para atender essa demanda de massa seria o CODEX, já em fase de implantação no tribunal, cuja finalidade seria coletar as informações do processo, chamados de “metadados” e, além disso, agregar os conteúdos dos atos judiciais. Todavia, Dr. Rafael ressaltou a necessidade de os tribunais começarem a capacitar as equipes para utilizar o CODEX, porém, segundo ele, sem se restringir à área de tecnologia da informação, mas também envolver os juízes nessa capacitação. Outro conteúdo abordado pelo Dr. Rafael foi a Sinapse, plataforma nacional de inteligência artificial estabelecida pelo CNJ, cuja finalidade não é ser um modelo de inteligência artificial, mas também hospedar os modelos de inteligência artificial. Dr. Rafael enfatizou que a ideia é que as equipes dos tribunais modelem a plataforma utilizando a massa de dados que estiverem à disposição e a hospede na Sinapse. Pontuou que há vários modelos disponíveis na Sinapse, todavia não foram implementados porque não há uma equipe local dedicada a trazê-los para o PJe do Tribunal da 1ª Região. No final, apresentou vários modelos de Sinapse e citou que havia quatorze modelos em produção na Sinapse e aumentando cada vez mais esse número. Dr. Náiber complementou as apresentações do Dr. Rafael e a do Dr. Adriano com a exposição de inovações realizadas no PJe no Tribunal da 1ª Região e acentuou o apoio ao projeto CODEX. Dr. Bruno Augusto questionou se já havia a disponibilização do PJe-Docs. Prontamente respondido pelo Dr. Náiber. Com a palavra, o Dr. Herley salientou a dificuldade enfrentada na justiça de 1º grau com o PJe, inclusive apresentou rotinas do PJe com implicações em esforços repetitivos e doenças relacionadas à atividades ocupacionais. Citou, ainda, as divergências das informações contidas nos relatórios emitidos pelo PJe. Com a palavra, o Dr. Sérgio Faria informou a existência de um processo, em andamento no SEI, para transferência de conhecimento do ALEI, que envolve capacitação em inteligência artificial, oferecida pelo UNB. Com a palavra, o Dr. Carlos Geraldo ressaltou ausência de eficiência dos dados estatísticos extraídos do PJe. Além disso, citou a ausência de uma “ferramenta” apta a informar dados com agilidade e uma interface de comunicação para manusear essas ferramentas. Com a palavra, o Dr. Marrara informou que os gabinetes enfrentaram a mesma dificuldade e que houve um treinamento oferecido pela DIEST aos gabinetes. Dr. Marrara se dispôs a enviar o contato da DIEST e os vídeos ao Dr. Carlos Geraldo. Dr. Náiber se prontificou a oferecer um treinamento pela DIEST à Justiça de 1º grau. Com a palavra, a Dra. Maria Cândida solicitou a implementação de canais oficiais para se ouvir os usuários e também poder dar sugestões de melhorias, bem como a de poder conhecer melhor as funcionalidades do PJe. Além dessas sugestões, incluiu a possibilidade de existirem tutoriais para tornar o sistema mais amigável. Dr. Náiber expôs considerações em resposta à manifestação da Dra. Maria Cândida. Com a palavra, o Dr. Carlos Brandão parabenizou os

palestrantes e notabilizou os pontos colocados pelos participantes da reunião e motivadora para serem temas em outras reuniões. Para a próxima reunião, o Dr. Carlos Brandão sugeriu o tema “Plenário Virtual”. Dr. Náiber, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

## **RELAÇÃO DOS PRESENTES**

Adriano da Silva Araújo (convidado)  
Bruno Augusto Santos Oliveira  
Carlos Augusto Pires Brandão  
Carlos Geraldo Teixeira  
Carlos Martins  
Cleberson Jose Rocha  
Diogo Barreto Perfeito Castro Silva  
Gabriel Brum Teixeira  
Gloria Lopes Trindade  
Herley da Luz Brasil  
Hugo Pereira Leite Filho  
Juliano Vasconcelos  
Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida  
Mauro Henrique Vieira  
Mei Lin Lopes Wu Bandeira  
Náiber Pontes de Almeida  
Neian Milhomem Cruz  
Newton Pereira Ramos Neto  
Rafael Leite (Convidado)  
Renata Fontes Ferreira  
Ricardo Teixeira Marrara  
Roberto Carvalho Veloso  
Rogério Lima Góis  
Rosane Santos Batista da Silva  
Sério Faria Lemos da Fonseca Neto